

“BRAÇOS CRUZADOS, MÁQUINAS PARADAS”: Trabalhadores, Experiências e Conflitos na Capital da Energia (1960-1980)

Jamile Silva Silveira

Professora Mestre em História Social da Universidade Estadual da Bahia (UNEB)

Email: jamissil@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo compreender a experiência dos trabalhadores e suas organizações frente ao acirramento dos conflitos sociais na formação do município de Paulo Afonso-BA, entre 1960 e 1980, objeto de pesquisa docente junto a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus VIII, Paulo Afonso-BA. A história do município se confunde com a trajetória de instalação e desenvolvimento da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF). A investigação parte da análise sobre a história e memória dos conflitos sociais neste processo, onde os diferentes grupos sociais que atuaram ativamente são abafados e silenciados, pelas cortinas de um discurso “oficial” hegemônico, divulgado pela CHESF. Esta ausência é sobre o protagonismo dos operários, cassacos, trabalhadores rurais, e outros sujeitos. Pretende-se analisar as suas diversas experiências organizativas de luta política. Assim, a metodologia adotada ancora-se na História Oral e documental de acervos locais.

Palavras-chave: **História. Memória. Trabalhadores. Conflitos.**

SOMMAIRE

Le but de cet article est de comprendre l’expérience des travailleurs et de leurs organisations face aux conflits sociaux croissants dans la formation de la ville de Paulo Afonso-BA, entre 1960 et 1980, objet d’une étude avec l’Université d’Etat de Bahia (UNEB), Campus VIII, Paulo Afonso-BA. L’histoire de la municipalité est confondue avec la trajectoire d’installation et de développement de la Société hydroélectrique de São Francisco (CHESF). L’enquête part de l’analyse de l’histoire et de la mémoire des conflits sociaux dans ce processus, où les différents groupes sociaux qui agissent activement sont assourdis et réduits au silence par les rideaux d’un discours hégémonique «officiel», divulgué par CHESF. Cette absence concerne le protagonisme des travailleurs, des casacos, des travailleurs ruraux et d’autres sujets. Il est destiné à analyser leurs diverses expériences organisationnelles de lutte politique. Ainsi, la méthodologie adoptée est ancrée dans l’histoire orale et documentaire des collections locales.

Mots-clés: Histoire. Mémoire Hégémonie. Travailleurs. Conflits

1 INTRODUÇÃO

Entre os estados de Alagoas e Bahia, forma-se uma das maiores cachoeiras do Brasil, conhecida como: Cachoeira Grande, Forquilha ou Sumidouro. Margeada pelo Rio São Francisco, Forquilha era distrito de Glória- BA, cuja sede estava a 30 km de distância. Sua localização, caracterizada pela divisa de três estados, geralmente garantia passagem a quem atravessava o sertão. (SILVA, 2016, p. 04-18)

Na década de 1920, o Governo Federal realizou diversos estudos visando o aproveitamento energético do São Francisco, quando foi constatada a viabilidade de instalação de hidroelétrica, que promoveria a industrialização da região. Na Constituição Federal de 1934, gestão de Getúlio Vargas, foi instituído o Código de Águas, que regulamentava a utilização hídrica das bacias do território brasileiro, inclusive a do Rio São Francisco (BRASIL, 1934). Assim, foi criado o Instituto de Obras Contra a Seca e a Fundação de Obras Contra a Seca no Vale do São Francisco (IOCS/FOCS), que desenvolveu a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), diante da experiência da Tennessee Valley Authority (TVA), nos Estados Unidos. Segundo Häuptli (1993), a TVA transformou em pouco tempo o Vale do Tennessee em uma potência agroindustrial, e o governo federal acreditava que esse desenvolvimento também era possível no Vale do São Francisco.

Em Forquilha, como assim era conhecido o povoado local, existiam poucos moradores em casas de taipa, quando em 1945 foi criada a CHESF (BRASIL, 1945). O cenário da cidade passou a se agitar com a chegada de toneladas de material importado, para a construção da Usina Paulo Afonso I, e os moradores viram sua rotina se modificar radicalmente (SANTOS, 2012). O início das obras estava acompanhado do discurso do progresso, aliado a uma propaganda nacional desenvolvimentista em prol da modernidade eminente, com o fornecimento de energia elétrica.

O Estado brasileiro foi conduzido durante o século XX por diferentes políticas, mergulhadas no acirramento das lutas de classes, que teceram parte dos conflitos sociais até o início do presente século. O processo de industrialização do país inaugurou uma nova fase capitalista, onde esta seria a única alternativa viável ao desenvolvimento. Assim, diversos presidentes apostaram, enquanto representantes de suas frações de classe, na modernização através de modelos industrializantes que trariam o crescimento para a economia e melhor inserção no mercado internacional. (MENDONÇA, 1986)

Reconhecendo esses conflitos, é intenção deste estudo, além de compreender os interesses impetrados nas decisões político-administrativas da CHESF frente aos grupos subalternos que sofriam essa política, analisar: como os trabalhadores resistiram a essa lógica de dominação, e quais experiências de organização política foram construídas? A perspectiva adotada prevê uma investigação em fontes documentais alternativas àquelas utilizadas pela historiografia da CHESF, colhidas junto aos protagonistas de conflitos sociais com a política administrativa e social da instituição.

2 ENTRE ÀGUAS E PEDRAS: TRAJETÓRIA DOS TRABALHADORES DO SERTÃO PAULO AFONSINO

Em 1948 foi criado o Acampamento CHESF. Foi prevista a construção de alojamentos para os funcionários solteiros e três vilas: para os engenheiros e altos funcionários, para a mão-de-obra qualificada e uma terceira para famílias de operários. Posteriormente, foram instaladas casas, escolas, hospital, mercado, clubes sociais, além de uma infraestrutura que oferecesse aos funcionários transporte e comunicações. Silva (2014), afirma que nessa área, todos tinham o fornecimento gratuito de água e energia elétrica e ficou conhecida como Cidade da CHESF.

A divisão social foi extremamente delimitada no Acampamento. Os trabalhadores mais graduados, como os engenheiros, tinham o bairro próprio, o General Dutra, na Vila Residencial (JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1949, p. 02). Neste estava o Clube Paulo Afonso (CPA), de melhor estrutura física e cultural do município. Na Vila Operária, as moradias eram específicas (casa tipo C, D, E e O), de acordo com a função exercida por cada um na empresa. Os trabalhadores que não tinham formação eram chamados de “Cassacos” (peões, carpinteiros, pedreiros, marceneiros, etc.), oriundos de diversas regiões do Nordeste, que ficavam nas casas mais simples do acampamento, margeando o muro de pedras. Para estes, restavam participar do clube que lhes foi destinado: O Clube Operário (COPA), de estrutura simples. (OLIVEIRA, 2005, p. 127-129)

Essa divisão não fugia a regra do que aconteceu em outras cidades estruturadas em torno de fábricas, seguindo o modelo fordista do *company town* (BEDÊ, 2007, p. 50), onde se criaria uma infraestrutura para circulação de bens e pessoas ao lado de uma rígida disciplina sobre o trabalhador, visto como uma extensão da máquina. Esse padrão foi seguido por empresas, públicas ou privadas, como exemplo, a Companhia de Tecidos Paulista, em Paulista-PE (LOPES, 1988), a Companhia Siderúrgica

Nacional em Volta Redonda-RJ (PALMEIRA, 2012) e a Multinacional de Alumínio Canadense Alcan, em Porto Trombeta-AM (MEYER, 2014). José Sergio Leite Lopes se refere a essa relação de dominação da fábrica, onde se estende do campo da produção a disciplinarização do trabalhador, alcançando os seus espaços cotidianos, como o lazer e moradia. Toda dinâmica social gira em torno da relação fabril (LOPES, 1988, p. 39-58). Frente a isso, o processo de dominação que extravasava a esfera da produção e penetra na esfera doméstica surgem indagações sobre quais os limites dessa dominação? Paulo Afonso pode ser considerada uma cidade industrial? Quais as contradições à este poder? A propriedade das casas, dos ambientes de sociabilidades e toda a administração era da CHESF, através de uma espécie de Governo Local. Neste caso, a Companhia é pública e essa intervenção social pode ter um impacto paternalista junto à população.

O discurso em torno do progresso, com a implantação das usinas, atraiu migrantes que fugiam da seca, trabalhadores rurais e comerciantes com suas famílias, que ansiavam por melhorias na qualidade de vida. Esses viam na empresa uma possibilidade de trabalho, e se submetiam as funções árduas diante da grandiosidade da obra, “era um trabalho danado mas, saia quando acabava o serviço, tava todo mundo morto de cansado, agente olhava pra trás se entusiasmava com o que nós tínhamos feito e aí aquele cansaço desaparecia.” (AZEVEDO; MUCCINI, 2007, p. 79)

Os que conseguiram ingressar na CHESF passaram pelo processo de proletarização impostos pelo sistema organizacional da Companhia¹ (NEGRO, 2004. p. 412). Mas, muitos que chegaram na esperança de trabalhar na Usina, não foram contratados e começaram a se concentrar em moradias fora do acampamento. Sem recursos para a construção de casas, esses sujeitos utilizavam o que encontravam, inclusive os sacos de papel do cimento Poty, descartados durante as construções. Esse novo bairro, que crescia avassaladoramente ao longo dos meses, ficou conhecido como Vila Poty. A CHESF:

[...] construiu uma cerca de arame farpado, delimitando a área de ação da CHESF, garantindo a segurança dos moradores e de seu patrimônio, as histórias de violência na Poty, levaram a direção da empresa a substituição das estacas de madeira por estruturas de concreto, e em seguida, por um muro de pedra e arame farpado com aproximadamente 1,5 m de altura, apelidado de “o muro da vergonha” numa alusão ao muro de Berlim. A existência do muro barrava o fluxo de informações entre os bairros, a preocupação da direção da CHESF em transmitir para seus funcionários uma educação cidadina, acompanhada de uma padronização comportamental [...]. (SOUZA, 2002, p.08)

¹ Sobre essa função do migrante-operário, Antônio Luigi Negro analisa esse fenômeno na indústria automobilística, onde identificou o processo de proletarização de diversos nordestinos. Diante do fluxo dos migrantes às fábricas, o mesmo questiona: “Como se comportariam na empresa, nos sindicatos e na política? Questão pertinente, também, para este estudo.

O acesso ao acampamento ficou cada vez mais restrito, com a construção de três guaritas e contratação de seguranças, onde todos deveriam se identificar ao entrar ou sair. As estradas eram de péssimo estado e as principais escolas ficavam dentro do Acampamento, que eram apenas para os filhos dos funcionários, sendo a melhor o Colégio Paulo Afonso (COLEPA), destinado aos filhos dos engenheiros. Silva cita, ao ser referir sobre a situação social local, que haviam “buracos de todas as funduras, córregos de esgotos por toda parte, gente chegando pelas ruas tortas, operários de capacetes branco ou vermelho são constantemente despejados dos caminhões na praça central”. Na mesma matéria foi feita a referência de que “na cidade oficial, com telefone, piscina, luz e conforto moram 3.000 pessoas. Do lado de fora ‘do arame’ se amontoam 13.000 párias em barracos, sem água, sem roupa e comida. Paus de arara, desemprego, jogo e prostituição”. (SILVA, 2014, p.54)

Em 1958, o Município de Paulo Afonso foi emancipado e com seu crescimento começaram os conflitos em busca por melhorias sociais ou garantia de direitos. As organizações políticas dos trabalhadores mais expressivas foram o Sindicato de Trabalhadores Rurais, Sindicato dos Eletricitários (SINERGIA) e associações de moradores. Esse processo de lutas foi unificado por muitas vezes, unindo Estados (como Bahia e Pernambuco), ou diversos segmentos dos trabalhadores em torno de pautas comuns.

Mas o domínio, inclusive territorial da CHESF, perdurou ainda durante muitos anos. Em 1968, Paulo Afonso foi declarado “Município de Segurança Nacional”, tendo a criação da 1 Companhia de Infantaria instalada, no contexto da Ditadura Militar. Somente da década de 1980 o muro foi derrubado e as guaritas desativadas, apesar da CHESF continuar administrando o acampamento até 2002, quando a prefeitura se torna responsável pela área. (OLIVEIRA, 2005, p. 134)

Dos poucos trabalhos sobre a formação histórica de Paulo Afonso, grande parte, reforça o discurso do Mito Fundador (CHAUÍ, 2000, p. 57-87) e se referem a uma visão saudosista em exaltação a imagem da CHESF. Dentre os trabalhos estão: Jucá (1982); Centro da Memória da Eletricidade no Brasil (1998); Melo (2004); Silva (2014). Esse conceito é notório ao se analisar a imagem propagada pela Companhia como fundadora da cidade, com um discurso único, recorrendo a valores como “família chesfiana”, “a Chesf é a mãe dos trabalhadores”, consagrando suas decisões como inquestionáveis no imaginário social. A CHESF, ao criar uma “verdade incontestável” sobre a história do município, omite os conflitos e “as divergências tornam-se, assim, erros, e não expressão de conflitos sociais que questionam a forma de manifestação des-

se poder” (FONTES, 2001, p. 117). Assim, esta “verdade” foi reproduzida em seu memorial, no centro da cidade, que difunde a CHESF enquanto a criadora de Paulo Afonso. Esse protagonismo, tem justificado ações da empresa na região desde sua instalação. Essas lacunas reservam grandes desafios para a historiografia local (SILVA, 2016).

Carvalho (2015), chama a atenção para a perspectiva de atuação política dos trabalhadores, compreendendo a ajuda mútua entre os pares e os possíveis impactos. Esta pluralidade de atuações revela o caráter heterogêneo dos trabalhadores em Paulo Afonso, que nem sempre utilizaram os sindicatos como instrumentos expoentes de luta no processo de embates sociais por reivindicações (LIMA, 2017, p. 161). Uma diversidade que se apresentava, também, entre os pares da mesma classe, onde haviam também divergências, entre engenheiros, operários, os Cassacos e trabalhadores da Vila Poty. Na greve de 1982, quando surge na assembleia um questionamento sobre o que aconteceria se os operadores das máquinas ficassem presos nas usinas, sem comunicação ou se a direção do sindicato fosse presa, um operador responde: “Aí a gente para tudo e manda os engenheiros cuidarem das máquinas” (FILGUEIRAS, 1983, p. 35). Ser “trabalhador da CHESF” em si já caracterizava uma grave distinção, pois estes faziam parte da “família chesfiana”.

3 HEGEMONIA E CONFLITO: EXPERIÊNCIAS ORGANIZATIVAS DOS TRABALHADORES

A partir da década de 1960, com a instauração do regime militar no Brasil e a intensificação das obras da Usina (Moxotó-BA), que vem a ser inaugurada em 1968, se apresentam os sinais iniciais da resistência a política hegemônica da CHESF² (AZEVEDO, 2010, p. 05). As experiências organizativas começam a ser forjadas na luta de resistência dos trabalhadores à desapropriação e posterior inundação da cidade, a Velha Glória, que tinha mais de 200 anos.

Os eletricitários também se organizam, vinculando sua atuação sindical a sub-sede do Sindicatos dos Eletricitários da Bahia (SINERGIA), e em 1979 e 1982 realizam duas greves de forte impacto na produção de energia na região. Em 1982, a CHESF tinha equivalente a 15% da produção nacio-

² Esta obra foi realizada no município de Glória, mas integrava o Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso, e foi a primeira que impactou significativamente, pois toda área urbana e parte da zona rural foi alagada para a construção do lago. Muitas famílias ficaram desabrigadas e sem perspectivas de moradia, pois de início, somente as que tinham um título de propriedade foram asseguradas pela Companhia que teriam indenização.

nal de energia elétrica, com 3.300 operários localizados em Paulo Afonso (FILGUEIRAS, 1983). Essas mobilizações, tendo como pautas principais a estabilidade no emprego e melhorias salariais, foram duramente reprimidas pela ação militar e pela direção da Companhia, principalmente porque sua “arma” de luta mais eminente era o *black-out* (MATOS, 2009, p. 119-120). Sobre a assembleia de 1982, que discutia o andamento das negociações com a Chesf:

Os trabalhadores cantam a música ‘caminhando’, ou ‘pra não dizer que não falei de flores’, de Geraldo Vandré. Todos escutam a canção e descem. É o sinal. Assim começa toda assembleia em Paulo Afonso. Não podem esperar mais. Os eletricitários estão concentrados na porta do sindicato e ao longo da rua São Francisco. São três mil operários. Vão decidir a greve na Chesf. [...]

Um pequeno operário pede para falar: - Fizemos tudo, demos tudo e a Chesf não dá nada A empresa não respeita a gente. Então tá na hora de decidir.

Zé Grande pede para falar: - Não adianta querer enganar a nós mesmos. A diretoria da empresa deixou a gente encurralado. Ou botamos o rabo entre as pernas ou levamos a luta adiante.

O último orador é nazareno. Faz silencio absoluto na rua São Francisco. - A Chesf pensa que trabalhador deve ser pisado. Os coronéis da Chesf vão saber que trabalhador tem força. Então, o que devemos fazer para acabar com a intransigência da empresa?

A massa grita em coro: ‘parar, parar, parar’.

- A partir de agora, braços cruzados, máquinas paradas. (FILGUEIRAS, 1983, p. 33-34)

Os estudos sobre o movimento operário no campo da História Social têm explorado novas fontes e perspectivas de análises, com um olhar diferenciado voltado também para área política, ideológica ou econômica, agregando as produções, múltiplos campos de pesquisa. Hobsbawm nos mostra que “hoje é impossível levar adiante muitas atividades do cientista social de uma maneira que não seja trivial sem chegar a um acordo com a estrutura social e suas transformações: sem a história das sociedades” (HOBSBAWM, 1998, p. 86-87). Ainda revela que o estudo sobre a história operária não deve ser desenvolvido isoladamente do conjunto da sociedade que apresenta, pois está imbricado de todas as complexidades e conflitos sociais contidos nesta realidade. (HOBSBANW, 2000, p. 25)

Assim, a intenção deste estudo é compreender os trabalhadores, em sentido amplo, não somente os operários, militantes e a burocratização das lutas em sindicatos, mas na esfera do mundo do trabalho, compreendendo suas experiências organizativas, suas práticas culturais de expressão social no processo de formação de identidade dessa classe trabalhadora (THOMPSON, 1979, p. 37), entre seus pares, frente a dominação hegemônica representada pela CHESF. Sem negar as

estruturas clássicas e “formais” de luta, os “estudos sobre os mundos do trabalho permanecem sob o desafio da urgência de dar conta de sentimentos e aspectos além do processo de trabalho e da revolta contra a exploração” (NEGRO; GOMES, 2006, p. 222). Para tanto, é preciso percorrer alguns caminhos para identificar brevemente alguns desses trabalhadores.

Visando a produção de energia barata, era política da CHESF o custo mínimo com mão-de-obra. Dos 95% dos operários que foram contratados, muitos vieram com as suas famílias, não tinham qualificação e eram de “origem regional, do sertão e do agreste, alguns de cidades litorâneas, como Maceió, Aracaju e João Pessoa, mas só uma porcentagem mínima era dos grandes centros Recife e Salvador”. Eram trabalhadores rurais, jagunços, ou ainda pequenos comerciantes e artesãos (HÄUPTLI, 1993, p. 82).

A vida de muitos trabalhadores era sacrificada, principalmente a dos Cassacos, que residiam dentro e fora do acampamento, e foram os que abriram o caminho para as obras quebrando pedras e sem a menor proteção para o desenvolvimento das atividades. Possivelmente, houve um período de adaptação para os que chegavam a este lugar inóspito, muitos oriundos de áreas rurais. Ali havia uma dinâmica de trabalho e de sociabilidade completamente novas, devido à velocidade das transformações na história da cidade e os sujeitos muitas vezes não davam respostas tão velozes quanto à exigência do processo modernizador. (KOSELLECK, 2006, p. 16, 309, 320)³

A Companhia criava “atrativos” (casas, bons salários, opções de lazer, etc.) aos engenheiros da região Sul, mas a difusão dos discursos sobre o Nordeste como local “atrasado”, “pobre” e de muito sofrimento (ALBUQUERQUE JR, 1999), afastavam esses trabalhadores. Como não havia mão-de-obra qualificada para diversas atividades, o aprendizado foi concebido no processo de experiência na função e muito engenheiros assumiram cargos de “Chefe de sessão”, mas por serem estrangeiros, refugiados de guerra, em maioria europeus, sem qualificação. Foram trazidos 30 homens do Rio de Janeiro, em maioria eletricitas, instaladores elétricos e mecânicos, que afirmavam ser engenheiros para conseguir o posto de trabalho, pois vislumbravam uma alternativa de elevação social. Posteriormente, a presença dos estrangeiros como chefes dos brasileiros começou a gerar conflitos e muitas demissões. (HÄUPTLI, 1993. p. 90)

³ Para Koselleck, a criação de experiências novas possibilita o vislumbre de um novo campo de expectativas, compreendendo que experiência é “o passado atual aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados”. Assim, estes sujeitos constroem novas experiências aliadas a ideia de “progresso” do Nordeste. “O ‘progresso’ é o primeiro conceito genuinamente histórico que apreendeu, em um conceito único, a diferença temporal entre experiência e expectativa” Este processo de adaptação deve ser analisado a luz desses elementos, da construção de novas experiências e expectativas no mundo do trabalho, nas relações políticas e sociais.

Os moradores da Vila Poty foram taxados de “cata ossos”, em uma área que tinha altos índices de violência e prostituição, além da extrema desassistência sanitária, educacional, alimentícia e cultural. Um comércio diversificado foi desenvolvido próximo as guaritas do acampamento, e que posteriormente se expandiu por dentro da Vila, com inúmeras atividades que serviam como possibilidade de sustento às famílias, e atendiam, também, as necessidades dos moradores do Acampamento CHESF.

A partir do momento que as obras atingem a dinâmica social dos moradores, surgem as primeiras reações, principalmente dos trabalhadores rurais da região, apontando elementos para uma consciência de classe que culminou nas organizações sindicais. A consciência de classe é um dos elementos notáveis para o surgimento de uma organização formal, como sindicato, partido e movimentos, que se torna uma “extensão” do trabalhador individual (HOBSBAWM, 2000, p. 46). Compreendendo “classe” como uma relação histórica e não como categoria estática, Thompson analisa que

[...] as pessoas se veem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmos como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. (THOMPSON, 2001. p.274)

Segundo depoimento, Silvestre Abílio da Silva, ex-funcionário da Chesf e participante da fundação do sindicato dos trabalhadores rurais de Paulo Afonso e Glória, vinculados a Federação dos trabalhadores Rurais da Bahia (FETAG):

Em um dia fundamos o Sindicato. Foi fundado primeiro o de Paulo Afonso e à tarde fundamos o de Glória, e daí começou a batucada. O primeiro passo foi com a linha de transmissão que passa lá por Paulo Afonso e cruzou o rio e subiu aqui (Glória) que ia para Juazeiro da Bahia. Aí, entraram em tudo o que foi de roça, cortando pelo meio, abrindo as cercas, e a primeira etapa do sindicato foi essa parada. Os trabalhadores pararam a obra, e aí meu caro... Naquele tempo, era ditadura militar e não tinha conversa de denço não. Era na raça. (SILVA, S., 2016)

Na década de 1970, os sujeitos preteridos à “cidade da CHESF” foram se aglomerando com suas famílias, e em 1970 existiam diversos bairros na Vila Poty. O processo de lutas ganhou expressividade diante da desapropriação dos moradores dos bairros mais carentes: Riacho de Grito, Gangorra, Bairro da Lagoa e Bairro do Forno, para a construção da Barragem P.A. IV. O Bairro da Lagoa foi o primeiro. “Após promessas de relocação das famílias em 1970 e 1971,

em um domingo, a CHESF mandou de madrugada os tratores derrubarem os barracos. O lugar destinado às famílias era o Mulungu, próximo à Polícia Federal. Não tinha nada na área e era período de seca”. Muitas denúncias foram feitas “Aí se contratou uma empresa para construir os primeiros barracos. Nomearam de Bairro Tancredo Neves (BTN)”. Muitas famílias ficaram acampadas durante meses embaixo de árvores pela cidade, pois não tinham moradia. “Há indícios de aumentos de ataques cardíacos, alguns seguidos de morte, e de suicídios” (BONFIM, 1999). Neste bairro os trabalhadores foram criando alternativas de sociabilidades, como inúmeros cabarés, bares, clubes e terreiros de Candomblé. (LIMA, 2017, p. 56)

Um dos instrumentos civilizatórios foi o fornecimento de uma assistência religiosa, para um possível controle de tumultos e redução da criminalidade. Mas as principais representações deste segmento religioso tiveram papel ativo frente a estes conflitos sociais, como, por exemplo, a presença política dos Padres Alcides Modesto⁴, Mario Zanetta⁵ e Lourenço⁶. Neste contexto, afirma Delgado e Passos (2003, p. 93-102), que por conta de grandes debates sobre maior abertura em setores da Igreja Católica que unificassem o debate da fé com a política, houve uma atuação de parte das lideranças católicas junto a temática dos direitos humanos. A influência cristã (CASTELLUCCI, 2015, cap. 4 e 5) estava presente como alento no processo de lutas por uma justiça social.

São homens e mulheres, jovens e velhos. Todos trabalhadores da Chesf, que cantam e rezam, na porta do sindicato. São umas duas mil pessoas. Estão lá, desde as cinco da manhã, para continuar a luta. É a mistura do religioso com o revolucionário. A igreja de Deus e o Sindicato fazem parte de suas vidas. Nem parecem cansados. É como se cada dia de greve fosse o primeiro. A direção do movimento está entre eles. Se confundem. São absolutamente iguais no pensamento e na fé. As mulheres puxam as canções. (FILGUEIRAS, 1983, p. 59)

Em 1982, com a participação do então padre Alcides Modesto, foi criada a Liga Social Católica, com o intuito de atender a demanda educacional da Vila Poty, através da construção da Casa da Criança, que foi a primeira escola fora do Acampamento. Também foi construído o Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Sub-médio São Francisco, com sede em Petrolândia-PE, mas com atuação constante junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paulo Afonso e mais

4 Alcides Modesto chega em 1968 em Paulo Afonso para ocupar o cargo de Capelão da igreja do Acampamento CHESF, mas logo se solidariza com as lutas sociais da Vila Poty e esteve envolvido ao lado dos trabalhadores em todos os processos de desapropriação de famílias para construção das barragens na região

5 Vem a se tornar Bispo posteriormente, ficando conhecido como Dom Mário Zanetta, exercendo um papel importante junto as comunidades mais carentes em toda região.

6 Padre Lourenço e Padre Mario Zanetta eram italianos e chegaram juntos a Paulo Afonso em 1969. Mas o primeiro faleceu poucos anos após a chegada, em 1973, em um acidente de moto com um caminhão que transportava material para a construção da barragem da CHESF.

12 municípios, pois dentre seus objetivos estavam o “apoio a 7 mil famílias de trabalhadores rurais da região que seriam atingidos pela construção da barragem de Itaparica” e apoio aos operários da construção civil. Esta entidade atuou junto aos trabalhadores rurais contribuindo para a mobilização da greve em 1986, onde a obra da Barragem de Itaparica foi completamente interrompida, por 8 dias.

Este movimento de organização das lutas populares neste contexto é simultâneo nacionalmente. Muitos são os elementos que explicam esta retomada pública e fortalecimento dos movimentos sociais na reconstrução democrática, sendo que, não por concessão do governo, mas por pressão e conquista política, os trabalhadores acumulam forças para propor novas alternativas entre os anos 1979 e 1989, considerados de ascensão das lutas das classes subalternas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo da história tem apresentado elaborações que ressaltam a necessidade do estudo de diferentes objetos que foram marginalizados na história “tradicional”, que resalta os grandes nomes e acontecimentos, dando enfoque a outros sujeitos e perspectivas. Assim, alguns aspectos podem ser reanalisados, inclusive os papéis desenvolvidos por sujeitos e instituições.

Das análises desenvolvidas sobre a história operária ou história dos trabalhadores no Brasil, uma pequena parcela é fora do eixo sul-sudeste, tidos como a “história regional”. Investigações que priorizem esse olhar “regionalista” sobre a formação das experiências organizativas dos trabalhadores, são necessárias.

Importante compreender que houve um processo de construção histórica desses sujeitos, situados na história social do trabalho, e tecer recortes dessas relações tem sido a principal proposta do estudo em andamento. Os lugares sociais da cidade ainda se dividem e no imaginário ainda existe a presença do muro enquanto barreira cultural e política.

Nesse sentido, esta é uma tentativa de contribuir à história de Paulo Afonso e região, com instrumentos de análise que possibilitem uma releitura e múltiplos olhares, a partir do surgimento de novos sujeitos históricos e suas formas de atuação política durante o processo de expansão da CHESF e das iniciativas modernizantes do Estado.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 1999.

AZEVEDO, Sérgio Luís Malta de. Produção do Espaço Urbano-Regional da Área das Hidrelétricas do Sub-Médio São Francisco – Do Eixo Paulo Afonso - Itaparica – Xingó. **Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos**. 2010.

AZEVEDO, Sérgio Luís Malta de, MUCCINI, Sandra. Período Pioneiro da Hidrelétrica de Paulo Afonso-Ba: Uma Contribuição a Historiografia de base local e regional. In: **Revista Rios**, Revista Científica da FASETE, ano 1, n 1, agosto 2007, p. 72-88.

BEDÊ, Edgard Domingos Aparecida Tonolli. **Pedagogia do Mundo do Trabalho na Companhia Siderúrgica Nacional: Americanismo, Compromisso Fordista e a Formação da Classe Operária em Volta Redonda**. Niterói-RJ: Tese de Doutorado em Educação na Universidade Federal Fluminense, 2007.

BONFIM, Juarez Duarte. Movimentos Sociais e Trabalhadores do Rio São Francisco. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Nº 45, Universidade de Barcelona, 1999.

BRASIL. **CÓDIGO DE ÁGUAS**. DECRETO Nº 24.643, de 10 de julho de 1934. Livro III - Forças Hidráulicas – Regulamentação da indústria Hidro-Elétrica.

BRASIL. **DECRETO N. 8.031**, DE 3 DE OUTUBRO DE 1945.

CARVALHO, Philipe Murillo Santana de. **Trabalhadores, Associativismo e Política no Sul da Bahia (Ilhéus e Itabuna, 1918-1934)**. Salvador: Tese de Doutorado em História Social da Universidade Federal da Bahia, 2015.

CASTELLUCCI, Aldrin A. S. **Trabalhadores e política no Brasil: do aprendizado do Império aos sucessos da Primeira República**. Salvador: EDUNEB, 2015.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL: **50 Anos de CHESF: 1948-1998**. Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, Rio de Janeiro – RJ, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves, PASSOS, Mauro. Catolicismo: Direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves

(Orgs). **O Brasil Republicano**: O tempo da ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Vol. 04. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 93-102.

FILGUEIRAS, Otto. **Chesf em alta tensão**: A greve proibida. Salvador: Gráfica LJF, 1983.

FONTES, Virgínia. História e Verdade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria. **Teoria e Educação no Labirinto do Capital**. Petrópolis: Vozes, 2001.

HÄUPTLI, Hudolf. **Chesf**: Fase pioneira duma companhia Hidroelétrica no Nordeste do Brasil. Zurique: Dissertação de Metrado em História Geral no Instituto Politécnico de Zurique, 1993.

HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do Trabalho**: Novos estudos sobre a História Operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Pronta uma pequena Usina no Vale do São Francisco**. Edição 161, ano 1949, p.02.

JUCA. Joselice. **CHESF: 35 Anos de História**, Recife-PE: Comunicarte, 1982.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LIMA, João de Sousa. **Paulo Afonso e a Vila Poty**: A história não contada. Paulo Afonso: Fonte Viva, 2017.

LOPES, José Sergio Leite. **A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés**. São Paulo: Marco Zero, 1988.

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MELO, Antônio Feijo de. **Chesf**: Memórias, Registros e Lembranças. Recife – PE: Editora Bagaço, 2004.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e Economia no Brasil**: Opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

MEYER, Frank. Cidades-empresa numa cadeia produtiva transnacional: dimensões sociais e ambientais da produção de alumínio em Porto Trombetas, Brasil, e Årdal, Noruega. In: **Revista Mundos do Trabalho**. Vol. 6, n. 11, janeiro-junho de 2014, p. 107-127.

NEGRO, Antonio Luigi. Zé Brasil foi ser Peão: Sobre a dignidade do trabalhador não qualificado na fábrica automobilística. In: BATALHA, Claudio H. M., SILVA, Fernando Teixeira da, FORTES, Alexandre. **Culturas de Classe: Identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 403-436.

NEGRO, Antônio Luigi e GOMES, Flávio Santos. **Além de Senzalas e Fábricas: Uma história social do trabalho**. In: Tempo Social, v.18, n 1, São Paulo, junho de 2006. p. 217-240.

OLIVEIRA, Cecília Maria Bezerra de. **Educação, Estratégia do Poder: SPEI-Serviço de Ensino Integrado de Paulo Afonso, as Doutrinas de Segurança Nacional na área de ensino**. Lisboa: Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação da Universidade Internacional, 2005.

PALMEIRA, André Franklin. **A Nova Face da Cidade do Aço: Crise do capital, Trabalho e Hegemonia em Volta Redonda (1992-2008)**. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em História Social na Universidade Federal Fluminense, 2012.

SANTOS, Maria Lúcia Teixeira. **Impactos Socioambientais provocados pelas Barragens Delmiro Gouveia e Apolônio Sales à população ribeirinha dos municípios de Glória e Paulo Afonso – Ba**. Paulo Afonso – BA: Dissertação de Mestrado em Ecologia Humana: Universidade do Estado da Bahia – Campus VIII, 2012.

SILVA, Antônio Galdino da. **De Forquilha a Paulo Afonso: Histórias e Memórias de Pioneiros**. Paulo Afonso: Fonte Viva, 2014.

SILVA, Antônio Galdino da. **Paulo Afonso e sua história em Revista**. Paulo Afonso: Speedgraph, 2016.

SILVA, João Victor dos Santos. **Luz e Sombras: uma análise da história escrita da CHESF no submédio São Francisco e a tessitura de uma história única**. Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em História: Universidade Federal da Alagoas – Campus do Sertão, 2016.

SILVA, Silvestre Abílio da. **Silvestre Abílio da Silva: depoimento [2016]**. Entrevista concedida ao Projeto “Um Rio de Lutas: história e memória dos movimentos sociais no submédio São Francisco (1968-1994)”, UEFS - BA.

SOUZA, André Oliveira Pereira de. **Paulo Afonso: Um muro, duas cidades**. Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social: Universidade Federal de Sergipe, 2002.

THOMPSON, E. P. **As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

_____. **Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase: Estudios sobre las crisis de la sociedad preindustrial**. Barcelona: Crítica, 1979.